

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº , de 2011.
(DO SR. MARCON)**

Requer que sejam convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Movimento dos Pequenos Agricultores, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura , para debater sobre os impactos da implementação da Instrução Normativa nº 51 de 2002 do MAPA

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Movimento dos Pequenos Agricultores, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, para debater sobre os impactos da Instrução Normativa nº 51 para os agricultores familiares.

JUSTIFICATIVA

Deverá entrar em vigor no início de julho a Instrução Normativa (IN) nº 51, feita pelo Ministério da Agricultura (MAPA), que regulamenta os novos parâmetros de qualidade para produção do leite nacional, equiparando-os aos parâmetros europeus. A medida significa uma mudança drástica no modelo de produção leiteira do país e poderá excluir até 85% das famílias camponesas que produzem leite em escala familiar no Brasil, que não conseguiriam adequar sua produção às novas exigências legais.

Os principais pontos da IN 51 versam sobre a quantidade de bactérias e células somáticas permitidas para a comercialização do leite. De acordo com a IN, o nível permitido de bactérias passaria de 750 mil UFC/ml, para 100 mil, uma redução de 87 por cento. Já a contagem de células somáticas deverá ser reduzida praticamente à metade, passando de 750 mil CS/ml para 400 mil.

De acordo com o último censo agropecuário do IBEG, a agricultura familiar é responsável por 58% da produção de leite no país. Caso a IN seja implementada, a maior parte dos pequenos produtores ficaria excluída da cadeia de produção leiteira, já que as novas exigências requerem grandes investimentos que vão desde o processo de criação e manejo do gado até a o processo de manipulação do leite extraído, que incluem o confinamento dos animais, alimentação restrita ao uso de ração e maquinário especializado de grande porte para manipulação do leite.

Por este motivo, solicitamos a realização de audiência pública com as referidas entidades da agricultura familiar, bem como os representantes do poder público, para debater sobre os impactos dessa Instrução Normativa na agricultura familiar e na produção de leite no Brasil.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2011.

Deputado Marcon – PT/RS